

## A POLÍTICA COMO CONTINUAÇÃO DA GUERRA – DITADURA E DEMOCRACIA NO BRASIL - MAIS DO MESMO

Wallace de Moraes<sup>67</sup>

### Resumo

O objetivo deste *paper* é correlacionar guerra, política e criminalização de rebeldes/revolucionários ao longo da História brasileira, especificamente com os regimes instalados em 1964 e o regime atual, chamado equivocadamente por democrático. Mostraremos que é papel do Estado criminalizar rebeldes, independente se ditadura ou democracia. Focaremos em dois períodos específicos pré-Copa do Mundo de Futebol de 1970 e 2014.

**Palavras-chave:** política e guerra; papel do Estado; análise anarquista; similaridade entre ditadura e democracia no Brasil; história política brasileira.

### Abstract

The purpose of this paper is to correlate war, politics and criminalization of rebels / revolutionaries throughout Brazilian history, specifically with regimes installed in 1964 and the current regime, mistakenly called democratic. We will show that it is the role of the state to criminalize rebels, whether dictatorship or democracy. We will focus on two specific pre-World Cup football seasons of 1970 and 2014.

**Keywords:** politics and war; role of the State; anarchist analysis; similarity between dictatorship and democracy in Brazil; Brazilian political history

---

<sup>67</sup> Prof. dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF), de História Comparada (PPGHC) e do Departamento de Ciência Política, todos da UFRJ.

Sun tzu, um vitorioso estrategista militar chinês, no século V a.C. escreveu um tratado que se tornou um clássico, a “Arte da Guerra” (SUN-TZU, 2009). Seu livro começa assim: “Guerra é um assunto de importância vital para o Estado; uma questão de vida ou morte, a estrada da sobrevivência ou da ruína”.

Na passagem do século XVIII para o XIX Carl von Clausewitz (1996) afirmou: “a guerra não era mais que a continuação da política”. Mais tarde, Michel Foucault (2002) repropôs e inverteu esse aforismo asseverando: “a política é a guerra continuada por outros meios.”

Nesse sentido, Foucault alerta: “o mecanismo do poder é, fundamental e essencialmente, a repressão” ou como consequência dessa perspectiva: “o poder político tem como função reinserir perpetuamente a relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (Foucault, 2002).

Como resultado da inversão do aforismo de Clausewitz, Foucault muito oportunamente propõe que as lutas políticas, mesmo no interior da ‘paz civil’, deveriam ser interpretadas apenas como as continuações da guerra. Assim, “sempre se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições” (Foucault, 2002).

Por fim, uma última reflexão importante para podermos consolidar nossos postulados teórico-metodológicos para o debate, citemos Bakunin (2008), abordando a moral estatal:

é da natureza do Estado apresentar-se, tanto para si quanto para todos os seus governados, como objeto absoluto. Servir sua prosperidade, sua grandeza, sua força, é a suprema virtude do patriotismo. O Estado não reconhece outra: tudo o que o serve é bom, tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado.

Podemos extrair dessas considerações realizadas em diferentes momentos históricos que guerra e política possuem uma extrema ligação, confundindo-se ao longo do tempo, uma continuando a outra. Decerto, a guerra é a verdadeira essência do Estado, pois foi através daquela que este foi criado em todos os lugares, bem como é por meio dela que o poder político é mantido. É mister resgatar um ensinamento histórico e empírico, segundo o qual a atividade de guerra travada pelo Estado é episódica com relação a outro igual, enquanto é cotidiana contra os descontentes subordinados às próprias leis estatais. Em outras palavras, o Estado impõe sua força

muito mais sobre seus governados do que em guerras declaradas contra outro Estado. Essa constatação será posta à prova no exercício que faremos a seguir, tendo a história brasileira como objeto central de análise.

Feita esse breve introito e tendo as reflexões supracitadas como norte, podemos estudar um pouco mais essa relação na história brasileira.

Há mais de 50 anos, um grupo de militares de alto escalão (governantes penais), em associação com grandes empresários (governantes econômicos) e donos dos meios de comunicação (governantes socioculturais) influentes no Brasil, tomaram a governança política por meio de um golpe militar-plutocrático.<sup>68</sup> Quatro anos depois, em 1968, os donos do poder foram amplamente contestados nas ruas. Apesar de os números oficiais da Ditadura Militar-Plutocrática Desavergonhada dizerem que o Brasil era o paraíso do crescimento econômico, a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro e diversas outras congêneres pelo país afora mostravam a enorme insatisfação popular com os políticos e com os rumos tomados pelo governo em todas as matérias. Existia uma divisão da sociedade e a Copa do Mundo de futebol de 1970 constituía-se como um grande teste. Interessava assustadoramente aos governantes a vitória da seleção brasileira de futebol. Para tanto, o governo e seus apoiadores massificavam slogans pró-copa. Lemas como “Somos uma só nação na defesa dos nossos representantes do futebol”; “ame-o ou deixe-o”. Tratava-se de um nacionalismo exacerbado em prol de interesses políticos, econômicos e bélicos.<sup>69</sup> Todos que se apresentavam como críticos daquela manipulação eram tidos como não patriotas. Em resumo, a Copa do Mundo de futebol de 1970 foi a grande deixa para os governantes trabalharem com o emocional dos governados a seu favor, com vistas a desvirtuar suas perspectivas políticas.

Quais são as semelhanças e diferenças para 2014?

Em 2014, vivíamos formalmente em uma democracia, mas as similaridades com o regime de 1964 - que também não se declarava autoritário - foram gritantes.

Muito semelhante à Ditadura Militar-Plutocrática Desavergonhada, até maio de 2013, o Brasil vivia no melhor dos mundos, de acordo com os números oficiais divulgados, é claro. O mercado estava pujante, o Brasil passava a ser a 6<sup>o</sup> economia mundial, o crescimento era bastante satisfatório, e os pobres e miseráveis estavam muito

---

<sup>68</sup> Para mais detalhes dos conceitos de governanças política, econômica, penal, sociocultural, jurídica e de Ditadura militar-plutocrática ver De Moraes (2018).

<sup>69</sup> Era necessário investir pesado em armamento para combater a guerrilha que se instalava no país.

bem com o programa bolsa-família. Ademais e em função desses dados, o Brasil tornava-se uma das referências mundiais de país em desenvolvimento – lhe favorecendo para sediar grandes eventos, como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas.

Aquilo que parecia um conto de fadas caiu por terra com os maiores protestos da história do país em 2013. No dia 20 de junho, ápice do movimento, o Brasil inteiro foi às manifestações, só no Rio de Janeiro, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas ocuparam as ruas contra as governanças institucionais e sociais e por direitos. Semelhante a 1968, pessoas foram perseguidas pelas forças policiais por toda a noite e massacradas fisicamente, muitas delas detidas e presas por protestarem contra as injustiças. Os hospitais e delegacias ficaram cheios naquela noite.

Desde então foram muitos os protestos pelo país afora, não mais de massas, mas de categorias, de coletivos etc. Assim, a Copa do Mundo apresentava-se como o grande teste, tal como em 1970.

Para construir o clima de apoiar a seleção nos dois momentos históricos foi necessária muita propaganda. O apelo ao nacionalismo foi o mesmo. A mensagem passada pelos oligopólios de comunicação de massa para a população foi por uma unidade nacional em torno dos meninos de verde e amarelo. Compare você mesmo a música tocada em todas as rádios em 1970 com uma das diversas propagandas de 2014 e veja as semelhanças:

*"Noventa milhões em ação / Pra frente Brasil / Do meu coração/ Todos juntos vamos /Pra frente Brasil / Salve a seleção / De repente é aquela corrente pra frente / Parece que todo Brasil deu a mão / Todos ligados na mesma emoção/ Tudo é um só coração / Todos juntos vamos / Pra frente Brasil, Brasil / Salve a seleção..."*<sup>70</sup>

*"Vamos soltar o grito do peito/Deixar o coração no jeito/Que aí vem mais uma emoção/ Vamos torcer e jogar todos juntos/Mostrar novamente pro mundo/ Como se faz um campeão/Pois só a gente tem as cinco estrelas na alma verde amarela/E só a gente sabe emocionar cantando o hino a capela/ Mostra tua força Brasil/E amarra o amor na chuteira/Que a garra da torcida inteira Vai junto com você Brasil/ Mostra tua força Brasil/E faz da nação sua bandeira Que a paixão da massa inteira/Vai junto com você Brasil/Mostra tua força Brasil E amarra o amor na chuteira/Que a garra da torcida inteira/Vai junto com você Brasil/ Todos os corações no mesmo lugar. Isso muda o jogo."*<sup>71</sup>

<sup>70</sup> Letra de "Pra Frente Brasil", de Miguel Gustavo, hino oficial da seleção na Copa do Mundo.

<sup>71</sup> A canção "Mostra tua Força, Brasil" propaganda de uma instituição bancária foi produzida por Simoninha, composta por Jairzinho e interpretada por Fernanda Takai e Paulo Miklos.

Ao mesmo tempo em que existia o apelo para a festa, os tanques de guerra e soldados do Exército e da Marinha nas ruas do Rio de Janeiro e de outras sedes da Copa lembravam muito bem o regime instaurado em 1964 e significava uma mensagem para os críticos: não proteste. Além do mais, havia mais policiais/soldados nas ruas durante a Copa de 2014 do que durante o regime reconhecidamente autoritário.

Como era de se esperar, o Estado impôs uma verdadeira guerra aos manifestantes com perseguições, escutas telefônicas, quebra do sigilo das mensagens, agentes infiltrados nas organizações sociais etc. Tudo que as governanças penal, jurídica e política fizeram em 1964, também colocaram em prática em 2014, só que com muito mais tecnologia. É importante ressaltar que manifestantes foram feitos presos políticos da “democracia”, tal como existiu nos porões da ditadura militar-plutocrática. Só com uma diferença. Os presos da ditadura pegaram em armas, assaltaram bancos, sequestraram, invadiram quartéis e trocaram tiros com as forças de repressão. Os presos da “democracia”, ou melhor, da Ditadura Plutocrática-Militar Dissimulada, segundo argumentaram os governantes penais e jurídicos, estavam planejando a compra de fogos de artifícios e falavam que teriam que combater os policiais que tanto os oprimiram. Em resumo, uma juventude politizada com alguns advogados, professores, cineasta e, inclusive, uma doutora em filosofia, foram encarcerados ou procurados pela polícia para aprender a não mais contestar o poder do Estado. Em comum, os jovens de 1970 e de 2014 tinham o sonho de construir um mundo socialista e foram taxados/aviltados/classificados pelos oligopólios de comunicação de massa como terroristas. O curioso é que no exato momento ocorreu um genocídio do povo palestino pelo Estado de Israel e os mesmos oligopólios não condenaram essa ação, todavia defenderam com toda a força as vidraças dos bancos quebrados nos protestos.

As muitas similitudes entre a ditadura e a “democracia” não param por aí. Ambas foram legais, isto é, estiveram de acordo com as leis, apoiadas por maiorias parlamentares e aplicadas igualmente por pluralidades dos governantes jurídicos e políticos (de todos os partidos). A governança política de Michel Temer, por exemplo, apesar de provas contundentes de corrupção contra ele e da extrema rejeição dos governados recebeu apoio da maioria parlamentar, evitando o *impeachment*. Isso mostra na prática que a lei não possui nenhum compromisso com a justiça, como já dizia Kropotkin (2005), muito menos que os governantes são consentidos pelos governados.

Todo regime estatal caracteriza-se pela ideia de que a lei penal é aplicada para um grupo de pessoas específicas que conteste ou ameace a ordem estabelecida. Esse

número pode ser muito grande ou pequeno. No caso dos regimes de 1964 e o atual, atacaram, preferencialmente, aqueles que mais contundentemente contestaram o sistema: guerrilheiros e manifestantes. Muitos destes foram assassinados. Em 2014, os manifestantes foram detidos e presos. Não temos provas de torturas específicas em porões como outrora, mas violência física a céu aberto e aos olhos de todos foi muito comum nos dois casos.

É importante frisar que pobres contestadores, indígenas, negros, LGBTQIA+ e outros alvos de governanças sociais sofrem historicamente com exclusão e extermínio sob todos os tipos de regimes políticos. No mesmo diapasão, operários, comunistas e anarquistas, durante a primeira república, viveram sob ditaduras específicas para eles.<sup>72</sup> Atualmente, várias periferias e favelas do Brasil afora estão sob o controle militar cotidiano. O autoritarismo astuto, para usar um termo de Maquiavel, é o que ataca um grupo específico da sociedade, mostrando-se como regime legítimo para os demais, sem incomodá-los. Portanto, os alvos principais do Estado, autoritário por natureza, são seus opositores e aqueles que podem colocar em risco a segurança, no sentido mais amplo possível, dos seus protegidos – os que o reconhecem, se subordinam a ele, e o defendem. Para usar uma frase de Bakunin (2008): “o Estado só admite súditos sob seu comando”.

Por outro lado, existem pessoas que não sentem nem um pouco o regime autoritário. Se a grande mídia referenda e justifica as ações, ou mesmo as ignora, as práticas autoritárias simplesmente parecem não existir, nem todos as percebem. A repressão é exercida somente sobre os que protestam. As demais pessoas continuam sem ser incomodadas e vivem uma vida normal. Esse fato aconteceu tanto em 1964 quanto em 2014. Essa é a essência do Estado. Isso significa dizer que existe sempre um Estado de classe, mas dificilmente apresenta-se honestamente como em oposição a outra classe. Ele busca apresentar-se como representante de todos, como muito bem comprovou Poulantzas (1971). Ele só reprime quem o contesta ou atenta contra a propriedade privada das classes dirigentes. Se um operário, um faxineiro, um desempregado e uma empregada doméstica não atacarem o patrimônio de outrem, nem contestarem o poder do próprio Estado e ficarem felizes com a sua condição de extremamente explorados, eles viverão sem serem importunados, a não ser que morem

---

<sup>72</sup> Para mais detalhes ver: DE MORAES (2018) principalmente capítulos 1 e 4.

em áreas com concentração de pessoas que de alguma forma exercem esses perigos para os donos do poder.

A censura também é realizada de maneira sutil e seletiva. Esse artigo, por exemplo, jamais seria divulgado por algum membro dos oligopólios de comunicação de massa. Ou essa reflexão jamais seria proferida em algum canal de televisão aberta. Não obstante, ele pode ser publicado em jornais alternativos e com um público já crítico e bem reduzido.

No ato do dia 13 de julho de 2014, no entorno do Maracanã, por ocasião da final da Copa do Mundo, os comandados pela governança penal com um efetivo de alguns milhares cercaram os manifestantes na Praça Saens Peña e não os deixaram circular. Depois de um determinado momento, resolveram reprimir os que protestaram e todos que ali estavam foram simplesmente impedidos de sair da praça. Um verdadeiro cerco, limitando o direito de ir e vir. As pessoas não podiam sair nem entrar na manifestação. Foram dez detidos e dezenas de feridos com os ataques desproporcionais. Algo parecido aconteceu em outros estados e no próprio Rio de Janeiro durante a Copa. A orientação em todo o território, aparentemente coordenada por órgãos do governo federal, buscou acabar com as manifestações já nas concentrações, como mostra muito bem o artigo de Eduardo Tomazine (2014).

Os insurgentes ganharam força e visibilidade após junho de 2013, foram os únicos que apostaram forte e abertamente na negação da Copa. Sem embargo, perdeu força a cada vitória da seleção com os apelos xenófobos da grande mídia. O setor que mais sofreu com a conquista da Copa de 1970 foi o revolucionário, pois a partir daí a repressão sobre a guerrilha se intensificou com tons nacionalistas e proto-fascistas, estimulados pelos oligopólios de comunicação de massa, naquela época em formação.

Em 2014, vários manifestantes foram presos preventivamente no Brasil. No Rio de Janeiro, antes da final da Copa, a polícia expediu mandados de prisão para 21 militantes sociais, sob argumentos espúrios. Fato que já havia sido realizado em outros estados. Livros, bandeiras de coletivos, blusas e panfletos contra os gastos exorbitantes com a Copa foram apresentados pelas forças de repressão como provas do envolvimento dos militantes “em formação de quadrilhas” e justificativas para suas prisões.

A Copa no Brasil deixou dois grandes legados, um positivo e outro negativo, sendo que são contrapostos e a vitória do negativo significa a liquidação do positivo e vice-versa. Ambos estão ainda em disputa. O significado positivo foi a (re)articulação, bem como a ampliação de diversos movimentos autônomos/antisistêmicos no Brasil no



ano de 2013. Sem dúvida, esse foi o setor que mais cresceu e ganhou visibilidade desde a Revolta dos Governados de junho. O legado negativo foi a (re)articulação das forças de repressão comandadas inicialmente pelo governo federal dos “trabalhadores” para combater os insurgentes e depois continuada pelo governo ilegítimo de Temer.

A Copa no Brasil, ao mesmo tempo que significou a criação de um grande ator social revolucionário, também significou o embrião da sua derrota com medidas ditatoriais de infiltração de agentes, escuta telefônica, suspensão do sigilo de mensagens e por fim com as suas respectivas prisões arbitrárias, típicas de regimes autoritários.

Essas medidas estimuladas e apoiadas pelo governo federal significou uma grande derrota para a luta popular e autônoma no Brasil. Os insurgentes foram cassados pelos porões da democracia.

Partindo do princípio de que nenhuma ditadura goza de longevidade se aplicada a toda a sociedade, podemos concluir que os ditadores focam sua coação aos contestadores dos donos do poder econômico, político, militar, racial, sexista ou social. Como resultado disso, é mister ressaltar que toda ditadura requer o apoio dos meios de comunicação de massa, sem o qual é difícil, no mundo contemporâneo, manter um regime de exceção mesmo que para grupos específicos. Assim tivemos como características tanto do regime de 1964 quanto de 2013/14:

- 1) Repressão sobre grupos insurgentes/contestatórios/rebeldes;
- 2) Supressão de direitos civis desses grupos: limitação do direito de ir e vir, quebra de sigilo de mensagens, escutas telefônicas etc.
- 3) Prisões arbitrárias de rebeldes;
- 4) Censura de suas ideias nos meios de comunicação de massa;
- 5) Demonstração de forte aparato policial repressivo nas ruas;
- 6) Classificação de seus opositores como terroristas;
- 7) Criminalização de movimentos sociais de contestação;
- 8) Ocupação de áreas consideradas de risco pelo Exército;
- 9) Agressão física e psicológica de manifestantes em protestos;
- 10) Extermínio por agentes do Estado de pobres/favelados/negros que em alguma medida ameaçam o bom andamento do sistema.

Se Foucault tinha razão, e a política é a continuação da guerra por outros meios, cabe-nos destacar duas ressalvas: 1) as diferenças entre democracia e ditadura tendem a acabar quando o poder é contestado, prevalecendo a guerra, mas é bom lembrar, somente para os que contestam veementemente as governanças institucionais e sociais;



2) ao mesmo tempo, é sempre melhor dominar sem a necessidade de guerra, mas demonstrando a força quando necessário, já ensinava Maquiavel. Assim, é benfazejo para o sistema que se constituam oposições oficiais, que concorram nas eleições e ao mesmo tempo referendem o poder como um todo, como no chamado modelo democrático, embora o povo realmente nunca governe.

Para finalizar, resta dizer que torci contra os meninos “pobres” que vestiam amarelo nos estádios padrão FIFA para que os meninos “ricos” que vestem preto/vermelho nas ruas pudessem sobreviver à falta de liberdade para contestar, típica da nossa, chamada por antífrase, democracia.

Bibliografia:

BAKUNIN, M. (2003). Estatismo e anarquia. São Paulo: Imaginário.

\_\_\_\_\_ (2008) O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

\_\_\_\_\_ (2000) Deus e o Estado. São Paulo: Imaginário.

CLAUSEWITZ, Carl von (1996) Da guerra. São Paulo: Martins Fontes.

DE MORAES, Wallace dos Santos (2018) Governados por quem? – Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas.

KROPOTKIN, P. (2007). Os princípios anarquistas e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

\_\_\_\_\_ (2005). Palavras de um revoltado. São Paulo: Imaginário.

\_\_\_\_\_ (2000). O Estado e seu papel histórico. São Paulo: Imaginário.

Foucault, Michel (2002). Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes.

POULANTZAS, Nicos. (1971), Poder político e classes sociais do Estado capitalista. Porto: Portucalense Editora.

SUN-TZU (2009). A arte da guerra: por uma estratégia perfeita. São Paulo: Madras.

TOMAZINE, Eduardo. (2014) Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa. Publicado em 04 de julho de 2014 no blog da Boitempo.